ATA DA 21ª SESSÃO ORDINÁRIA DA 2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 19ª LEGISLATURA DA CÂMARA MUNICIPAL DE SALVADOR (CMS), REALIZADA NO DIA 29 DE NOVEMBRO DE 2022.

PRESIDENTE: VEREADOR GERALDO JÚNIOR
1º SECRETÁRIO: VEREADOR LUIZ CARLOS DE SOUZA (*ad hoc*)
2º SECRETÁRIO: VEREADOR JOCEVAL RODRIGUES (em exercício)

Compareceram os senhores vereadores: ALEXANDRE ALELUIA, ANDERSON NINHO, ANDRÉ FRAGA, AUGUSTO VASCONCELOS, CARLOS MUNIZ, CÁTIA RODRIGUES, CLÁUDIO TINOCO, CRIS CORREIA, DANIEL ALVES, DEBORA SANTANA, DUDA SANCHES, EDVALDO BRITO, EMERSON PENALVA, FÁBIO SOUZA, GEORGE REIS, GERALDO JÚNIOR, HÉLIO FERREIRA, HENRIQUE CARBALLAL, IREUDA SILVA, ISNARD ARAÚJO, JOCEVAL RODRIGUES, JOSÉ ANTONIO, KIKI BISPO, LAINA CRISÓSTOMO, LEANDRO GUERRILHA, LUIZ CARLOS DE SOUZA, MARCELO MAIA, MARIA MARIGHELLA, MARTA RODRIGUES, MAURÍCIO TRINDADE, ORLANDO PALHINHA, PAULO MAGALHÃES JÚNIOR, RICARDO ALMEIDA, ROBERTA CAIRES, SABÁ, SANDRO BAHIENSE, SIDNINHO, SÍLVIO HUMBERTO, TEO SENNA e TIAGO FERREIRA. Havendo número legal, o senhor presidente declarou aberta a Sessão, em formato semipresencial, em razão das medidas de isolamento frente à pandemia do coronavírus (Covid-19), com a participação de alguns edis de maneira remota, mediante ferramenta digital. Inicialmente, o senhor presidente agradeceu aos servidores da Casa pelo carinho e reconhecimento ao seu trabalho na Presidência. Agradeceu, também, aos pares, por concordarem em abrir a Sessão perto das 15h, em favor da tentativa de acordo com o secretário de Gestão Thiago Dantas sobre os agentes de saúde e

de endemias. Na sequência, anunciou a votação da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem restrições. Em seguida, foi realizada a leitura do Expediente, que constou do seguinte: Projetos de Lei n.s 241/22 do vereador Átila do Congo, 242/22 da vereadora Maria Marighella e 243/22 da vereadora Marta Rodrigues; Projetos de Indicação n.s 223/22 do vereador Leandro Guerrilha e 224/22 da vereadora Débora Santana; Projetos de Resolução n.s 76 a 78/22 do vereador Fábio Souza; Requerimento n. 139/22 do vereador Maurício Trindade; e Requerimento de Utilidade Pública n. 59/22 do vereador Edvaldo Brito. Terminada a leitura do Expediente, o senhor presidente anunciou a Tribuna Popular. O vereador Sílvio Humberto informou ter havido problema na vinda, à Casa, dos representantes do Sindicato dos Fazendários, que falariam na Tribuna Popular, e o senhor presidente declarou a transferência dessa representação para a semana seguinte. Em seguida, o senhor presidente consultou os pares sobre encaminhamento da vereadora Maria Marighella relativo a audiência pública sobre o Projeto concernente a saúde mental. Agradeceu às lideranças por não oferecerem óbice a esse encaminhamento. Em comunicação inadiável, o vereador Leandro Guerrilha parabenizou o vereador Kiki Bispo pelo seu aniversário. Associou-se o senhor presidente, destacando a longa amizade com o aniversariante. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos de Souza também saudou o vereador Kiki Bispo e pediu aos pares a votação do Projeto de Lei n 207/22, de desafetação de terreno para a construção de centenas unidades habitacionais no Subúrbio. Explicou detalhes sobre o Programa Casa Verde Amarela, em cujo âmbito se inseria o Projeto, e esclareceu que a Prefeitura teria que oferecer o terreno como contrapartida para a criação de estruturas para os futuros moradores do local. Explicou, ainda, a sua atuação por esse Projeto. O senhor presidente informou a votação do Projeto de Lei n 207/22 na próxima terça-feira. Adentrando-se a **Ordem do Dia**, inicialmente foi apreciado o Projeto de Lei n. 41/22, sobre denominação de logradouros públicos. Subiu à Tribuna, para

Parecer conjunto pelas Comissões de Finanças e Orçamento, e de Planejamento Urbano, a vereadora Marta Rodrigues, cujo Parecer foi favorável. Colhidos os votos nas Comissões, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 41/22 foi aprovado até a Redação Final. Pela ordem, o vereador Edvaldo Brito comentou sobre a audiência pública para tratar do Projeto sobre o IPTU, na qual, explicou, o recinto estava lotado. Registrou o seu lamento pela forma como a secretária da Fazenda tratara a ele e a outros vereadores, acusando-os de serem irresponsáveis e de fazerem "canto de sereia". Lembrou ser um homem experiente e afirmou que não estaria a agir da forma descrita pela secretária, a quem pediu respeito. Passou-se à apreciação do Projeto de Lei n. 238/22, de política sobre drogas. Faltando apenas o Parecer da Comissão de Assistência Social e Direitos das Pessoas com Deficiência, o senhor presidente designou a vereadora Debora Santana para essa Relatoria. O Parecer da vereadora Debora Santana foi favorável. Colhidos os votos na Comissão, o Parecer foi também aprovado, o mesmo se dando em Plenário. Havendo 17 Emendas, o senhor presidente designou, para Parecer pela Comissão de Constituição e Justiça (CCJ), o vereador Alexandre Aleluia, que pediu prazo para analisar as Emendas. Com esse fito, o senhor presidente determinou a suspensão da Sessão pelo prazo de dez minutos, findo o qual, o vereador Alexandre Aleluia passou a relatar as Emendas. Seu Parecer foi favorável às Emendas n.s 1, 2, 3 e 4 e pela rejeição das Emendas n.s 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16 e 17. Colhidos os votos na CCJ, o Parecer foi aprovado. Após discutido e votado, o Projeto de Lei n. 238/22 foi aprovado, com suas Emendas, até a Redação Final. Pela ordem, o vereador Luiz Carlos de Souza apontou a escassez de tempo para o conhecimento do teor das Emendas. Em seguida, foi também discutido, votado e aprovado, até a Redação Final, o Projeto de Resolução n. 118/21. Foram ainda discutidos, votados e aprovados a Moção n. 304/22 e os Requerimentos n.s

110/22 e 139/22. Nada mais havendo, o senhor presidente declarou encerrada a Sessão, informando a possibilidade de nova Sessão no dia seguinte, para ser votada a matéria dos agentes de saúde e de endemias, em caso de ser obtida uma solução para a categoria. REGISTROS: Registros do vereador Daniel Alves.

PRESIDENTE

1º SECRETÁRIO 2º SECRETÁRIO